

Boletim Informativo

EDIÇÃO Nº 10



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Centro de Apoio Operacional às
Promotorias de Justiça de Assistência Social

APRESENTAÇÃO

O 10º Boletim Informativo do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Assistência Social de 2025 apresenta uma síntese das discussões e dos avanços na política de assistência social no país. Dentre as principais matérias, destacam-se a aprovação da nova lei que garante energia gratuita a famílias do Cadastro Único (CadÚnico), e a celebração de duas conquistas históricas para o Brasil: a saída do Mapa da Fome da ONU e o alcance do menor nível de insegurança alimentar grave da série histórica. A edição também registra o recorde de investimento do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), totalizando R\$ 860 milhões, a comemoração dos 22 anos do Bolsa Família e dos 20 anos do SUAS, além da realização da 16ª Conferência Estadual de Assistência Social em Mato Grosso.

Nessa perspectiva, esta edição se concentra na temática da vulnerabilidade social e no papel fundamental do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A vulnerabilidade é entendida não apenas como decorrente da insuficiência de renda, mas como um fenômeno multifatorial que engloba a exclusão, a discriminação e as múltiplas barreiras no acesso a direitos e oportunidades. Neste contexto, o SUAS se estabelece como um mecanismo estruturado e indispensável para a prevenção de riscos e a inclusão social, garantindo o acesso a serviços descentralizados e o fortalecimento da rede de proteção em todo o território nacional. O impacto dessas políticas é evidenciado em estudos como o do Ipea, que aponta o efeito do Bolsa Família na "fuga da precariedade" do mercado de trabalho, e a ampliação da inserção de mães no emprego formal.

Por conseguinte, a atuação do Ministério Público revela-se crucial na garantia da efetividade dessa política pública. O trabalho contínuo da instituição visa à fiscalização e à promoção da intersetorialidade, a exemplo da parceria do MDS com o grupo Ânima Educação para qualificação profissional de inscritos no CadÚnico, da proteção reforçada na primeira infância pelo Bolsa Família, e da nova lei que prevê o uso de indicadores do IBGE para priorizar programas contra a fome. Esta edição aprofunda a análise desses desafios e avanços, incluindo a consulta pública para qualificação das ações de Segurança Alimentar e Nutricional no SUAS e o recebimento de demandas de povos indígenas para aprimorar a Política Nacional de Assistência Social, reafirmando o compromisso institucional com a proteção social e a promoção da dignidade humana.

Boa leitura!

SUMÁRIO

01. NOTÍCIAS

02. ATUAÇÃO MINISTERIAL (MPMT)

03. ATUAÇÃO MINISTERIAL (OUTROS MP'S)

04. INDICAÇÕES INTERATIVAS

05. ATOS NORMATIVOS

Equipe

Tessaline Luciana Higuchi Viegas Devesa Cintra

Promotora de Justiça - Coordenadora

Roberta Camara Vieira Jacob

Promotora de Justiça - Coordenadora Adjunta

Jovana Albues da Silva

Auxiliar Ministerial (Direito)

Mateus dos Santos Gomes Cardoso

Residente (Direito)

[Nova lei garante energia gratuita a famílias inscritas no CadÚnico](#)

Com a nova lei, sancionada no dia 8 de outubro, famílias inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) e com renda de até meio salário mínimo por pessoa não precisarão pagar pela energia elétrica, desde que o consumo mensal seja de até 80 quilowatts-hora (kWh). A conta será gratuita, restando apenas as taxas obrigatórias, como iluminação pública e ICMS, conforme a legislação local.

Mais de 17 milhões de famílias devem ser beneficiadas já na primeira etapa, em uma das maiores ações de redução da pobreza energética no país. O programa será financiado pela Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), fundo que apoia políticas para garantir o acesso à energia a quem mais precisa.

"Essa política mostra que o governo está cuidando de quem mais precisa. O Luz do Povo vai garantir que famílias do Cadastro Único, que antes tinham dificuldade até para manter a luz acesa, possam viver com mais tranquilidade e dignidade", afirmou o ministro substituto do MDS.

Na segunda etapa, a partir de 1º de janeiro de 2026, o benefício será ampliado: famílias do CadÚnico com renda entre meio e um salário mínimo por pessoa também terão desconto na conta de luz, com isenção da CDE para consumo de até 120 kWh por mês. Essa nova fase deve alcançar cerca de 55 milhões de brasileiros, somando mais de 115 milhões de pessoas atendidas direta ou indiretamente pelas medidas do Governo do Brasil.

Fonte: Governo Federal.

[Governo de Mato Grosso realiza programa de formação continuada dos trabalhadores da Assistência Social](#)

O Governo de Mato Grosso iniciou, no dia 20 de outubro, à 3ª edição do CapacitaSUAS Mato Grosso, programa de formação continuada voltado para gestores, trabalhadores e conselheiros do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O evento de abertura contou com a Conferência "Educação permanente, financiamento e participação: pilares para a consolidação do SUAS", realizada no Teatro Universitário da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), em Cuiabá.

O Programa Nacional de Capacitação do SUAS (CapacitaSUAS) é executado pela gestão estadual, por meio da Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania (Setasc), em parceria com a UFMT e com a Fundação Uniselva, e integra a estratégia de educação permanente do SUAS, proporcionando atualização teórico-prática e integração entre os trabalhadores da área.

Nesta nova edição, o Governo de Mato Grosso destinou mais de R\$ 1,4 milhão para garantir a execução das ações formativas.

A programação do CapacitaSUAS contempla cursos como Elaboração de Planos de Assistência Social, Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS, Vigilância Socioassistencial, Proteção Social Básica e Especial, e Controle Social no SUAS. As atividades serão realizadas no Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS), no campus Cuiabá da UFMT, entre outubro de 2025 e junho de 2026.

Fonte: Governo de Mato Grosso.

Investimento do MDS no PAA chega a R\$ 860 milhões em 2025

Brasil atingiu os menores níveis de insegurança alimentar da série histórica do IBGE e saiu do Mapa da Fome da ONU em 2025. Duas ações essenciais para esses resultados são o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Cisternas.

No Dia Mundial da Alimentação, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) celebrou as marcas de R\$ 860 milhões investidos no PAA, apenas em 2025, e a entrega de 100 mil tecnologias sociais de acesso à água desde 2023.

No evento, foram firmadas novas parcerias com associações e cooperativas de agricultores familiares da região, no valor de R\$ 325 mil. Os recursos garantem o escoamento da produção de agricultores familiares e o abastecimento de restaurantes populares, escolas, bancos de alimentos e cozinhas comunitárias, promovendo o direito humano à alimentação adequada e fortalecendo a economia rural.

O ato também marcou o lançamento da Plataforma Contrata+ Brasil, que passa a operacionalizar a modalidade Compra Institucional do PAA, simplificando o processo de contratação e ampliando o acesso dos produtores familiares às vendas diretas para órgãos públicos.

Coordenado pelo MDS, em parceria com a Conab, estados e municípios, o PAA é uma das principais ações do Plano Brasil Sem Fome, garantindo renda no campo e comida de verdade na mesa de quem mais precisa.

Criado em 2003, o programa compra diretamente de agricultores familiares, priorizando mulheres e comunidades tradicionais, e destina os produtos a famílias em situação de vulnerabilidade, fortalecendo os sistemas locais de produção e abastecimento alimentar.

Fonte: Governo Federal.

Gaúcha do Norte participa da 16ª Conferência Estadual de Assistência Social em Mato Grosso

A Secretaria Municipal de Assistência Social de Gaúcha do Norte, representada pela secretária Maura Prado e servidoras, esteve presente na 16ª Conferência Estadual de Assistência Social, realizada entre os dias 8 e 10 de outubro de 2025, em Cuiabá (MT). O evento teve como tema central “20 anos do SUAS: construção, proteção social e resistência”, reunindo gestores, conselheiros, trabalhadores do setor e representantes da sociedade civil de todo o estado.

Promovida pelo Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS/MT) e pela Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania (SETASC), a conferência teve como objetivo avaliar a atual situação da Assistência Social e propor novas diretrizes para o fortalecimento e aperfeiçoamento do SUAS.

Durante os três dias de atividades, os participantes debateram cinco eixos temáticos relacionados à construção de políticas públicas, fortalecimento da rede de proteção social e enfrentamento das vulnerabilidades. Ao final, foi realizada a eleição dos delegados que representarão Mato Grosso na 14ª Conferência Nacional de Assistência Social.

A presença de Maura Prado e da equipe de Gaúcha do Norte reforça o compromisso do município com o aprimoramento das políticas sociais e a garantia de direitos à população em situação de vulnerabilidade.

Fonte: Prefeitura de Gaúcha do Norte.

Aberta consulta pública para qualificação das ações de Segurança Alimentar e Nutricional no SUAS

Qualificar as ações de segurança alimentar e nutricional e contribuir para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) nos territórios brasileiros. Esses são os objetivos centrais da consulta pública aberta pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS).

O documento elaborado em parceria entre a Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan) e a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), denominado "Recomendações para qualificação das ações de Segurança Alimentar e Nutricional no Sistema Único de Assistência Social".

A alimentação adequada e saudável é um direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade humana e garantido pela Constituição Federal do Brasil. A segurança alimentar e nutricional se refere à realização do direito de todos e todas ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Por sua parte, o SUAS é responsável por organizar, em todo o país, a oferta de serviços, programas e ações para a proteção social de indivíduos, famílias e comunidades. Com modelo de gestão participativa, o SUAS articula esforços e recursos dos municípios, estados e União para garantir o acesso aos direitos socioassistenciais, protegendo cidadãos em situações de vulnerabilidade.

A interface entre a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), reconhece que a insegurança alimentar e nutricional (Insan) está associada ao cotidiano das famílias que vivenciam situações de desigualdade, vulnerabilidade, risco social e violação de direitos, com ou sem rompimento de vínculos.

Fonte: Governo Federal.



MDS e Ânima Educação abrem dez mil vagas para inscritos no CadÚnico

Qualificação profissional para gerar mais oportunidades. O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), em parceria com o grupo Ânima Educação, disponibiliza dez mil vagas para cursos gratuitos de qualificação profissional, com foco em pessoas inscritas no Cadastro Único.

Interessados devem preencher um formulário nome, CPF, e-mail e celular. Cada candidato poderá escolher até três áreas de capacitação. O grupo Ânima Educação é uma organização educacional voltada à formação continuada. Confira, a seguir, as áreas do conhecimento disponíveis para cursar no âmbito da parceria com o MDS.

Planejamento de eventos; Panificação e confeitaria; Logística: estoque, armazenagem e transporte; Marketing Digital; Inclusão e Libras; Gestão de vendas; Gestão departamento pessoal; Gestão de cursos; Gestão de alimentos e bebidas; Gestão comercial; Comunicação em marketing; Avaliação e desenvolvimento de pessoas; Comunicação empresarial.

As dez mil vagas ofertadas integram uma parceria intermediada pela Secretaria de Inclusão Socioeconômica (Sisec) do MDS. A pasta é responsável por planejar e implementar ações de inclusão produtiva, visando o aumento de renda e da qualidade de vida das famílias atendidas pelas políticas sociais.

Fonte: Governo Federal.

MDS recebe demandas de povos indígenas para aprimorar Política Nacional de Assistência Social

Com intuito de dar voz às populações indígenas no âmbito da assistência social, equipes do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) receberam representações da Articulação dos Povos Indígenas (APIB), no dia 7 de outubro. O encontro buscou estabelecer um diálogo sobre propostas que reflitam melhorias no atendimento a esses públicos, dentro do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A atividade, realizada na sede do MDS, em Brasília, integra a programação da 1ª Conferência Livre Nacional de Assistência Social para Povos Indígenas no Brasil: Por um SUAS Intercultural.

Lideranças indígenas de diferentes regiões participaram da mesa no MDS, além de representações das etnias Yanomami, Pataxó, Kaiowá e outras. Entre os nomes, estava o da assistente social Tatiane Martins Kaiowá, que veio de Dourados (MS) para participar da programação da Conferência Nacional.

Em manifestação durante a conferência, Tatiane defendeu o fortalecimento de políticas públicas focalizadas no atendimento aos cidadãos indígenas. Ela também provocou uma reflexão sobre a valorização profissional nos espaços socioassistenciais e, ainda, a necessidade de investimento em preparo dos técnicos da rede para tratar com essas populações.

Os membros da APIB conversaram com técnicos de diversas áreas do MDS: Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan), Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc), Secretaria Nacional de Gestão da Informação e Cadastro Único (Sagica) e Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

Fonte: Governo Federal.

Comissão debate programas sociais das Forças Armadas voltados ao esporte

A Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados realizou, no dia 15 de outubro, audiência pública para discutir os programas sociais desenvolvidos pelas Forças Armadas que utilizam o esporte como ferramenta de inclusão social e formação cidadã.

O debate atende a pedido da deputada Laura Carneiro (PSD-RJ). Segundo a parlamentar, o objetivo é apresentar para a sociedade e avaliar o impacto de iniciativas como o Projeto João do Pulo, voltado a pessoas com deficiência, o Programa Forças no Esporte (Profesp), para jovens em situação de vulnerabilidade social, e o Programa de Incorporação de Atletas de Alto Rendimento (Paar).

Laura Carneiro explica que essas ações promovem a valorização da cidadã, a inclusão social e o desenvolvimento do esporte nacional.

Fonte: Agência Câmara de Notícias.

Com presença de Lula, Aliança Global instala mecanismo executivo e avalia avanços contra a fome e a pobreza

Instalar o Mecanismo de Suporte da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, avaliar progressos e definir os próximos passos. Esses foram alguns dos principais pontos abordados, no dia 13 de outubro, na Segunda Reunião do Conselho de Campeões da Aliança Global, na sede da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), em Roma, na Itália. O evento contou com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e dos copresidentes do Brasil e da Espanha do Conselho, Wellington Dias e Eva Granados, entre outras autoridades.

O titular do MDS apresentou números que dimensionam o desafio de acabar com a fome. "Em 2023, o mundo contava com 735 milhões de pessoas na fome. Em 2024, houve uma redução leve para 673 milhões de pessoas. Um sinal de que, com empenho, apoio financeiro e conhecimento, podemos muito mais", revelou.

A Aliança, que em menos de um ano já reúne 201 membros – 105 países e 96 organizações –, tem metas ambiciosas para 2030, como alcançar 500 milhões de pessoas com transferências de renda e atender 150 milhões de crianças a mais com alimentação escolar de alta qualidade.

A instância apoiará a implementação de programas nacionais, facilitando parcerias, troca de conhecimentos – como as experiências brasileiras do Bolsa Família e da alimentação escolar – e apoio financeiro.

A Aliança Global prepara a primeira Reunião de Líderes, que será realizada em Doha, no Catar, em 3 de novembro, à margem da Segunda Cúpula de Desenvolvimento Social das Nações Unidas. O encontro deve revisar o progresso global em relação aos objetivos da Aliança, destacar as conquistas alcançadas no último ano, definir diretrizes estratégicas para os países membros e abrir espaço para novos compromissos no combate à fome e à pobreza.

O Conselho de Campeões, copresidido pelo Brasil e pela Espanha e integrado por até 50 membros de alto nível, tem a função de orientar as ações da Aliança e influenciar a tomada de decisões nas instituições associadas. A primeira reunião do Conselho ocorreu em fevereiro de 2025, às margens da 48ª Junta do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA).

Fonte: Governo Federal.

Bolsa Família completa 22 anos: uma política pública consolidada e um futuro com mais oportunidades

Em 20 de outubro de 2003, o Governo Federal lançava oficialmente o Programa Bolsa Família, nascido do Fome Zero, com uma missão urgente: garantir que nenhuma família brasileira passasse fome. Desde então, o que começou como uma política emergencial para enfrentar a situação de insegurança alimentar se tornou um símbolo de cidadania, equidade e esperança.

Ao longo de mais de duas décadas, o Bolsa Família se consolidou como o maior programa de transferência de renda condicionada do mundo e uma das mais reconhecidas experiências de combate à pobreza, à desigualdade e na garantia de direitos. São 22 anos de histórias que permeiam gerações, de mães que viram os filhos entrarem nas universidades, de crianças com comida na mesa, vacina no braço e acesso à escola. São mães beneficiárias que seguiram com mais segurança e dignidade no dia a dia.

Em 2003, o país enfrentava um dos momentos mais desafiadores da sua história social. Na época, pesquisas apontavam que cerca de 50 milhões de brasileiros viviam em situação de pobreza e tinham dificuldade para garantir alimentação diária, ou seja, passavam fome. Foi, nesse contexto, que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou o programa Fome Zero, um conjunto de ações destinadas a assegurar o direito básico à alimentação.

O Bolsa Família nasceu desse marco. Uniu e ampliou políticas pré-existentes, como o Bolsa Escola, o Auxílio Gás e o Cartão Alimentação, fortalecendo uma rede nacional de proteção social. A inovação estava em centralizar os benefícios em um só programa, articulando transferência de renda com condicionalidades em saúde e educação.

“O Bolsa Família foi um dos passos mais importantes da história brasileira para ajudar a transformar a necessidade de renda do povo em política pública”, recorda a secretária nacional de Renda de Cidadania, Eliane Aquino.

As condicionalidades, como garantir frequência escolar de crianças e adolescentes, além de manter o acompanhamento da saúde das crianças e gestantes, tornaram-se a base do PBF, permitindo que o programa combinasse proteção imediata com oportunidades de um futuro melhor.

Fonte: Governo Federal.



MDS celebra 20 anos do SUAS em sessão solene na Câmara dos Deputados

O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) celebrou, no dia 14 de outubro, os 20 anos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em sessão solene no plenário da Câmara dos Deputados, em Brasília.

A solenidade reuniu autoridades, parlamentares, gestores públicos, trabalhadores do SUAS e representantes da sociedade civil para homenagear duas décadas de uma das principais políticas públicas de inclusão e cidadania do país.

Ao longo de duas décadas, o sistema ampliou o acesso de milhões de famílias a direitos básicos, com foco na superação da pobreza, na garantia de renda e na promoção da dignidade humana.

Por meio do SUAS, o cidadão tem acesso a um conjunto de serviços para garantir que não fique desamparado em caso de situações inesperadas, em que a capacidade de acessar direitos sociais fica comprometida, fortalecendo famílias e desenvolvendo a autonomia para que superem eventuais dificuldades.

A assistência é baseada em parceria com outras políticas públicas, possibilitando o encaminhamento dos cidadãos a outros órgãos quando as situações enfrentadas não podem ser resolvidas apenas pela assistência social.

Fonte: Governo Federal.

MDS publica estudo com o perfil de acolhidos em entidades financiadas pelo Governo do Brasil

O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), por meio do Departamento de Entidades de Apoio e Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (Depad), publicou o estudo: “Perfil dos Acolhidos pelas Entidades de Acolhimento contratadas pelo MDS”.

A pesquisa consolida informações de 2.710 pessoas acolhidas em 271 entidades em todo o país, permitindo identificar padrões sociodemográficos, históricos de uso de substâncias e contextos sociais.

O levantamento atende à Meta 4.57 do Planejamento Estratégico Institucional (PEI) 2023–2026 e integra os esforços de qualificação das políticas de acolhimento a pessoas com Transtorno por Uso de Substâncias (TUS). Os resultados oferecem subsídios para gestores, pesquisadores e profissionais, apoiando a formulação de estratégias de prevenção, cuidado e reinserção social.

Com a divulgação do estudo, o MDS reafirma o compromisso com políticas baseadas em evidências e com o fortalecimento da rede de acolhimento, contribuindo para melhorias concretas no atendimento à população que necessita do apoio do Estado.

Fonte: Governo Federal.

Pesquisa do Ipea aponta que Bolsa Família não estimula beneficiários a abandonarem oportunidades de trabalho

O novo Bolsa Família, lançado em março de 2023, gerou um fenômeno que pode ser chamado de “fuga da precariedade”. Ao prover uma renda mínima, o programa deu aos beneficiários a opção de recusar ou abandonar ocupações de “baixíssima qualidade, marcadas pela informalidade, instabilidade e baixa remuneração”, principalmente entre as mulheres com responsabilidades de cuidado.

É o que aponta o estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) denominado: “O efeito do aumento no valor das transferências de renda sobre a inserção dos beneficiários no mercado de trabalho: uma análise com dados em painel da PNAD-Contínua”.

A pesquisa demonstra que o valor mínimo do Bolsa Família de R\$ 600 por domicílio não representa um desincentivo generalizado ao trabalho. Pelo contrário, “os dados indicam que o aumento do benefício não gerou um incentivo para que os trabalhadores migrassem de empregos formais para informais”.

Ou seja, a evasão da força de trabalho se concentrou em ocupações precárias e informais, tais como: indivíduos que já estavam desocupados; trabalhadores domésticos sem carteira e trabalhadores familiares auxiliares.

O estudo conduzido pelos pesquisadores Ricardo Campante e Fábio Soares utiliza como recorte o período de transição do valor da transferência de renda de R\$ 400, do antigo programa Auxílio Brasil, para o mínimo de R\$ 600 do Bolsa Família, que vai do início da crise sanitária da Covid-19 em 2020 até o primeiro semestre de 2023.

Utilizando dados longitudinais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C), o estudo busca isolar o impacto do aumento do benefício de outras dinâmicas macroeconômicas e das peculiaridades dos beneficiários.

Fonte: Governo Federal.

Nova lei prevê uso de indicadores do IBGE para definir prioridades de programas contra a fome

As cidades com indicadores sociais mais baixos terão prioridade nas políticas públicas de segurança alimentar e nutricional. É o que prevê a Lei 15.225/25, sancionada pelo presidente da República, publicada no Diário Oficial da União no dia 1º de outubro.

Pela nova norma, os indicadores de segurança alimentar e nutricional obtidos em pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e em cadastros de políticas sociais, como o CadÚnico, deverão orientar as ações do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan).

A lei admite o uso complementar de outras fontes de informação, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).

Criado pela Lei 11.346/06, o Sisan determina que o poder público deve garantir a segurança nutricional por meio da produção, da comercialização e da distribuição de água e alimentos.

Fonte: Agência Câmara de Notícias.

Bolsa Família protege a infância e abre caminhos com mais oportunidades

A primeira infância, os seis primeiros anos de vida, é um período decisivo para o desenvolvimento humano. É quando o cérebro forma conexões em ritmo acelerado e recebe estímulos essenciais para o crescimento físico, cognitivo e emocional. Reconhecida pela Constituição como prioridade absoluta, essa fase exige cuidado, afeto e políticas públicas estruturadas que promovam equidade e rompam os ciclos de desigualdade social.

Mais do que um programa de transferência de renda, o Bolsa Família garante que crianças, adolescentes e gestantes tenham acesso a direitos fundamentais de saúde, educação e assistência social, por meio das chamadas condicionalidades.

As condicionalidades representam compromissos das famílias com o desenvolvimento das novas gerações. Entre elas estão: acompanhamento pré-natal para gestantes; cumprimento do calendário nacional de vacinação; monitoramento do peso e altura de crianças menores de sete anos; frequência escolar mínima de 60% para crianças de quatro e cinco anos e de 75% para estudantes de seis a 18 anos que ainda não concluíram a educação básica.

Em setembro de 2025, o Benefício Primeira Infância (BPI) alcançou 8,4 milhões de crianças de até seis anos, com repasse total de R\$ 1,19 bilhão do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS).

O programa também atendeu 623 mil gestantes, com R\$ 28,9 milhões pelo Benefício Variável Gestante (BVG), e 302 mil famílias com bebês de até seis meses, com R\$ 14,4 milhões pelo Benefício Variável Nutriz (BVN).

Esses compromissos também reforçam o papel de estados e municípios na oferta de serviços públicos de qualidade. Creches, escolas, unidades básicas de saúde e CRAS são fundamentais para apoiar as famílias no cumprimento das condicionalidades e garantir a oferta de direitos.

Na primeira vigência de 2025, o Bolsa Família garantiu o acompanhamento de saúde de 81,38% do público-alvo, alcançando 27 milhões de pessoas, incluindo 5,6 milhões de crianças e 560 mil gestantes. Os números mostram o impacto do programa na proteção da primeira infância, especialmente entre crianças, gestantes, indígenas e quilombolas.

Fonte: Governo Federal.



Bolsa Família amplia inserção de mães no mercado de trabalho

Com o apoio recebido pelo Programa Bolsa Família, as mães beneficiárias apresentam maior índice de emprego formal comparado a outros perfis. As estimativas foram apresentadas no artigo “Transferência de renda e participação feminina no mercado laboral: o caso do Programa Bolsa Família”.

De acordo com o estudo, foi registrado um aumento de 1,13 ponto percentual de mães beneficiárias do programa no mercado formal de trabalho, o que representa um crescimento de 7,4% em relação à média registrada antes dessas mulheres começarem a receber o benefício. Os impactos são mais significativos em mães de crianças entre três e seis anos.

O texto integra a 40ª edição da série Caderno de Estudos, uma publicação da Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (Sagica), do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS).

A pesquisa mostra ainda que o Bolsa Família contribui para que mães consigam superar barreiras de cuidado e ingressar no mercado de trabalho, fortalecendo não apenas a renda familiar, mas a inclusão social e a igualdade de gênero no Brasil. O programa diminui em 4,2 pontos percentuais a probabilidade de mulheres beneficiárias se autodeclararem indisponíveis para o trabalho.

Fonte: Governo Federal.

Brasil atinge menor patamar de insegurança alimentar da história

Em 2024, o Brasil reduziu o número de pessoas sem acesso adequado à alimentação, igualando o recorde registrado em 2013. Os dados foram divulgados, no dia 10 de outubro, pelo IBGE, por meio da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia), aplicada na Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios Contínua (PNADc) do 4º trimestre de 2024.

A proporção de domicílios em insegurança alimentar grave caiu para 3,2% em apenas dois anos de governo. “Em 2025, o Brasil celebra duas conquistas históricas: a saída do Mapa da Fome e a redução da insegurança alimentar grave ao menor nível da série histórica do IBGE”, comemorou o titular do MDS.

Em termos absolutos, dois milhões de pessoas saíram da fome no intervalo de apenas um ano. Em 2023, eram 4,1% de domicílios em insegurança alimentar grave.

Houve redução da fome nas áreas rurais e urbanas e em todas as regiões do país. Além disso, os outros dois níveis de insegurança alimentar – leve e moderada – também reduziram.

A Ebia mostra que o percentual de segurança alimentar subiu de 72,4% em 2023 para 75,8% em 2024. São 8,8 milhões de pessoas, em um ano, incluídas nesse patamar.

Fonte: Governo Federal.



Fala MDS: Governo do Brasil apresenta nova estratégia de combate a perda e desperdício de alimentos

Fala MDS, do dia 3 de outubro, abordou um dos desafios enfrentados pelo Brasil no tocante à segurança alimentar, a economia e o meio ambiente: mitigar a perda e o desperdício de alimentos. A coordenadora-geral de Equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Priscila Bocchi, foi a convidada do episódio desta semana e detalhou os números alarmantes dessa questão. Bocchi apresentou a recém-lançada II Estratégia Interministerial para a Redução de Perdas e Desperdício de Alimentos, construída no âmbito da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan).

Dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) revelam que 13,2% de toda a produção mundial de alimentos se perde antes mesmo de chegar ao varejo, em etapas como pós-colheita, transporte e armazenamento. “Você tem problema de plantar algo e ter dificuldades com pragas, há as perdas pós-colheita, com devido por vários fatores, tem a perda por questões climáticas, tem a perda por não conseguir vender no mercado”, exemplificou a coordenadora.

O impacto ambiental também é preocupante, pois o descarte de comida pode ser responsável por 8% a 10% das emissões globais de gases de efeito estufa, segundo estimativa do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Além disso, os alimentos descartados ocupam cerca de 30% das terras agrícolas de todo o mundo.

A nova política pública é estruturada em seis eixos de atuação – quatro focados nos elos da cadeia de abastecimento – produção e pós-colheita; mercados atacadistas; mercados varejistas e feiras; e serviços de alimentação e domicílios. Os outros dois eixos são voltados para o desenvolvimento de políticas públicas em cidades e para o fortalecimento do sistema de doação de alimentos, que já conta com mais de 300 bancos de alimentos no país.

Fonte: Governo Federal.

CNAS lança pesquisa sobre a divulgação das deliberações das Conferências de Assistência Social

O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) lançou uma pesquisa sobre a divulgação das deliberações aprovadas nas últimas Conferências Municipais e Estaduais de Assistência Social.

O objetivo é compreender como os resultados das conferências têm sido socializados junto às(os) conselheiras(os), gestoras(es), trabalhadoras(es), entidades e usuárias(os) da política de assistência social, fortalecendo a transparência, o controle social e o acompanhamento das deliberações.

A participação é aberta a todas(os) as(os) participantes da política de assistência social e poderá ser realizada até o encerramento das Conferências Estaduais de 2025.

Fonte: CNAS.

Estímulo ao empreendedorismo leva 2,5 milhões de inscritos no CadÚnico a se transformarem em MEI

Um levantamento realizado pelo Sebrae, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), mostra que beneficiados dos programas do governo inscritos no Cadastro Único (CadÚnico) têm decidido empreender após ingressarem na plataforma. Do total de microempreendedores individuais (MEIs) que estão no Cadastro Único, 55% (2,5 milhões) tiveram a iniciativa de começar a empreender após a inscrição. Os dados foram apresentados, no dia 21 de outubro, em audiência do ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, e do presidente do Sebrae Nacional, Décio Lima.

A Regra de Proteção do Bolsa Família, por exemplo, permite que famílias que aumentam seus ganhos e ultrapassam a renda mensal máxima para entrar no Bolsa Família continuem recebendo o benefício por um tempo. O objetivo é oferecer uma transição segura para as famílias que começam a melhorar a condição financeira.

Do universo de 95,3 milhões de pessoas inscritas no CadÚnico, 4,6 milhões são MEI e mais de um terço (34,1%) já foi atendido pelo Sebrae ao menos uma vez entre janeiro de 2020 e julho deste ano. Este apoio da entidade tem dado resultado: os MEIs que estão no Cadastro e foram atendidos pelo Sebrae possuem maior percentual de empresas ativas (78,9%) em comparação àqueles não atendidos (61,5%).

A maior parte dos MEIs inscritos no CadÚnico (53,1%) está no setor de serviços. O Comércio (26,5%), a Indústria (10,1%), a Construção (9,7%) e a Agropecuária (0,5%) completam a lista. A pesquisa aponta ainda que o percentual daqueles que recebem os recursos do Programa Bolsa Família entre esse universo de MEIs no CadÚnico é de 41,7%, enquanto 6,4% recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Amazonas (56,3%), Acre (54,8%) e Piauí (54,6%) são os estados que possuem maior percentual de MEI com famílias inscritas no Cadastro Único.

Fonte: Governo Federal.



2. ATUAÇÃO MINISTERIAL (MPMT)



Ouvidoria Itinerante garante direitos a indígenas da TI Parabubure

Mais de mil e quatrocentos atendimentos realizados em três aldeias Xavante, após uma jornada de mais de mil quilômetros percorridos. Esse foi o resultado da primeira edição indígena da Ouvidoria Itinerante do Ministério Público de Mato Grosso (MPMT), que chegou à Terra Indígena Parabubure, em Campinópolis, com o objetivo de garantir cidadania, escuta ativa e acesso a serviços essenciais às comunidades indígenas.

Durante três dias, a equipe do MPMT esteve nas aldeias Aldeiona, Campinas e Santa Clara, promovendo atendimentos e ouvindo diretamente as demandas dos moradores. Foram oferecidos serviços como emissão de documentos, regularização eleitoral, orientações jurídicas e previdenciárias, cadastros em programas sociais, atendimentos de saúde com imunizações e testes rápidos, além de ações voltadas à educação, como matrícula escolar e combate à evasão.

Além dos atendimentos nas sedes das aldeias, a equipe do MPMT visitou comunidades vizinhas, ouvindo diretamente os moradores sobre suas principais necessidades. Entre os pedidos, destacaram-se questões relacionadas ao transporte, à iluminação pública e à segurança alimentar.



A **procuradora de Justiça Eliana Cícero de Sá Maranhão Ayres Campos, ouvidora-geral** do MPMT, destacou a importância da ação e o impacto direto na vida dos indígenas. *“Estou gratificada de ver essa ação acontecer. A primeira edição Xavante foi satisfatória e cumpriu o almejado por todos nós. A Ouvidoria Itinerante é uma união de esforços de vários órgãos constituídos, todos imbuídos da mesma vontade de atender essa população indígena, garantindo a eles o direito de serem cidadãos como qualquer outra pessoa.”*

Fonte: MPMT.

3. ATUAÇÃO MINISTERIAL

OUTROS MP'S

MPAC acompanha plano de ação para proteção da população em situação de rua

O Ministério Público do Estado do Acre (MPAC), por meio da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, acompanha a implementação do plano de ação da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp) voltado ao enfrentamento da violência e do racismo contra pessoas em situação de rua.

O plano foi construído após provocação do MPAC, em decorrência de uma carta lida pelo representante do Movimento Estadual da População em Situação de Rua durante o II Encontro PopJud do Tribunal de Justiça do Acre. O documento apontava desaparecimentos, agressões, homicídios e dificuldades de acesso ao novo Centro POP, além de casos de tuberculose e relatos de áreas com atuação de facções criminosas.

Em resposta, a Sejusp propõe ações intersetoriais de prevenção, proteção e enfrentamento à violência, com foco em direitos humanos, mediação de conflitos e fortalecimento da rede de atendimento social.

Os eixos de atuação preveem o mapeamento das áreas de maior vulnerabilidade, capacitação de servidores da segurança pública para abordagem humanizada, entre outros, e visam reduzir casos de violência, ampliar denúncias, fortalecer a atuação humanizada das forças de segurança e garantir direitos fundamentais à população em situação de rua.

Fonte: MPAC.

MPGO assegura gratuidade no transporte público para famílias atendidas por serviços socioassistenciais e de saúde mental em Rio Verde

O Ministério Público de Goiás (MPGO), por meio da 8ª Promotoria de Justiça de Rio Verde, assegurou a implementação da gratuidade no transporte público urbano para crianças, adolescentes e famílias em situação de vulnerabilidade social atendidas pelos Centros de Referência de Assistência Social (Cras e Creas) e pela rede municipal de Saúde Mental.

A iniciativa foi coordenada pela promotora de Justiça Renata Dantas de Moraes e Macedo, com o propósito de assegurar o deslocamento de famílias que, em razão de dificuldades financeiras, deixavam de comparecer aos atendimentos.

Durante as tratativas, a promotora reuniu-se com o superintendente municipal de Transporte Público, coronel Ricardo Rocha Batista, que acolheu a proposta e encaminhou a regulamentação da medida à Prefeitura de Rio Verde.

O diálogo resultou na instituição do benefício de isenção tarifária, assegurando transporte gratuito a pessoas idosas, com deficiência, com doenças crônicas, servidoras (es), alunas (os) da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e, especialmente, às (aos) usuárias (os) acompanhadas (os) pelo Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (Capsi) e pelo Creas.

Após a regulamentação, iniciou-se o cadastramento das beneficiárias e dos beneficiários, com o envio das informações necessárias à Superintendência de Transporte Público, responsável pela emissão dos cartões eletrônicos que asseguram a gratuidade dos serviços.

Fonte: MPGO.

3. ATUAÇÃO MINISTERIAL

OUTROS MP'S

MPPA promove audiência pública para tratar sobre a implementação da Família Acolhedora

A Promotoria de Justiça de Brasil Novo promoveu audiência pública no último dia 24 de outubro, no auditório do Secretária de Educação, para tratar sobre a implementação da Família Acolhedora e colher subsídios para a adoção de medidas institucionais. A promotoria visa garantir o comprometimento da gestão municipal com a implantação do Programa Família Acolhedora, além estabelecimento de prazos e fluxos.

A audiência foi presidida pela promotora de Justiça Karoline Bezerra Maia, titular de Brasil Novo, e contou com a participação de representantes do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Secretaria Municipal de Assistência Social, Conselho Tutelar, CREAS, Equipe Técnica do GATI/MPPA, Secretaria Estadual de Assistência Social do Estado, Câmara de Vereadores e prefeitura de Brasil Novo, além de associações de moradores, lideranças comunitárias e sociedade civil em geral.

A audiência foi convocada considerando o previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, que estabelece o acolhimento familiar como medida prioritária à institucional, sempre que houver necessidade de afastamento da criança ou adolescente de sua família natural, havendo necessidade urgente de implementação, estruturação e fortalecimento do Programa Família Acolhedora no município, diante da inexistência do serviço de acolhimento.

Fonte: MPPA.

Família Acolhedora: MPMS e município de Água Clara firmam TAC para garantir acolhimento familiar de crianças e adolescentes

Para garantir a proteção integral de crianças e adolescentes afastados de suas famílias por decisão judicial, o Ministério Público de Mato Grosso do Sul (MPMS), por meio da 1ª Promotoria de Justiça de Água Clara, celebrou Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Município de Água Clara para a implantação do Serviço de Família Acolhedora.

A iniciativa atende à recomendação expedida pela Promotora de Justiça Laura Assagra Rodrigues Barbosa Pimenta, e está fundamentada no artigo 34 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que estabelece a preferência pelo acolhimento familiar em detrimento da institucionalização. A assinatura do TAC ocorreu em 15 de outubro de 2025, após reunião interinstitucional com representantes da Prefeitura, da Procuradoria Jurídica e da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Pelo acordo, serão 360 dias de prazo para a efetiva implementação do serviço, com etapas que incluem elaboração de legislação específica, reestruturação do plano de cargos e carreiras, contratação e capacitação da equipe técnica, cadastramento e seleção das famílias acolhedoras, além da capacitação dessas famílias.

O Serviço de Família Acolhedora será estruturado com base nas diretrizes da Política Nacional de Assistência Social, nas normas do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e nas Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, aprovadas pela Resolução Conjunta do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda/CNAS).

Fonte: MPMS.

3. ATUAÇÃO MINISTERIAL

OUTROS MP'S

Equipamentos para população em situação de rua de Natal passam por inspeção do MPRN

O Ministério Público do Rio Grande do Norte (MPRN), em conjunto com o Ministério Público Federal (MPF), a Defensoria Pública da União (DPU) e a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte (DPE/RN), participou nesta quinta-feira (16) de uma inspeção judicial a um novo equipamento em construção destinado ao acolhimento de famílias e pessoas em situação de rua de Natal.

O objetivo da inspeção judicial foi verificar o andamento e as condições do local que receberá uma nova unidade de acolhimento para a população em situação de rua. As instituições esperam que o novo equipamento represente um passo na direção da garantia dos direitos e da dignidade da população em situação de rua de Natal.

A inspeção é parte das ações relacionadas à Ação Civil Pública (ACP) movida pelas quatro instituições contra a União, o Estado do Rio Grande do Norte e o Município de Natal. A ação busca a reestruturação e ampliação do serviço de acolhimento oferecido na capital potiguar. A ACP destaca a situação de violação de direitos fundamentais da população em situação de rua na capital potiguar, mencionando o cenário de insuficiência de vagas bem como deficiências, principalmente na estrutura predial, de recursos materiais e de pessoal, na atual Unidade de Acolhimento para Adultos e Famílias em Situação de Rua.

Fonte: MPRN.

Promotoria reúne com instituições para discutir políticas públicas de atendimento às demandas sociais

Na terça-feira (21), o promotor de Justiça de Rio Maria, Franklin Jones Vieira da Silva, promoveu uma reunião em seu gabinete com representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social, do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e do setor jurídico do CREAS. O encontro teve como objetivo discutir e alinhar estratégias para o enfrentamento das principais demandas sociais do município.

Durante a reunião, foram debatidas situações que envolvem o atendimento a pessoas em situação de vulnerabilidade, a articulação entre os órgãos da rede de proteção e a necessidade de fortalecer os fluxos de encaminhamento e acompanhamento dos casos.

A atuação conjunta entre o Ministério Público e os órgãos da assistência social foi destacada como essencial para garantir a efetividade das políticas públicas e a proteção integral dos direitos dos cidadãos.

O PJ Franklin Jones ressaltou a importância da cooperação institucional e do diálogo contínuo entre os setores envolvidos, reforçando o compromisso da Promotoria com a defesa dos direitos fundamentais da população.

Ao final do encontro, os participantes reafirmaram a disposição de manter o trabalho integrado e realizar novas reuniões para monitorar os avanços e desafios das ações discutidas.

Fonte: MPPA.

3. ATUAÇÃO MINISTERIAL

OUTROS MP'S

MPPR ajuíza ação civil para que Município de Umuarama adote medidas para o aprimoramento da política pública de assistência social

O Ministério Público do Paraná ajuizou nesta terça-feira, 30 de setembro, ação civil pública contra o Município de Umuarama, no Noroeste do estado, para que sejam adotadas providências para sanar diversos problemas na prestação de serviços de assistência social do município.

A ação civil decorre de apuração da 4ª Promotoria de Justiça da Comarca, iniciada a partir do recebimento de denúncias sobre a precarização das políticas públicas do setor, bem como da adesão da unidade do MPPR a projeto institucional voltado ao acompanhamento das políticas dos Municípios para a assistência social – o Projeto Monitoramento do SUAS no Paraná: Qualidade dos Serviços Socioassistenciais / Proteção Social Básica – desenvolvido pelo Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Assistência Social.

A partir de procedimento administrativo, foi constatada a ausência de equipes mínimas nas estruturas públicas destinadas aos serviços oferecidos pela Municipalidade, como o Centro de Referência de Assistência Social (Cras), o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), o Centro POP e o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora. Além disso, foi comprovada a falta de implantação de equipamentos previstos no Plano Municipal de Assistência Social 2022-2025, em consonância com diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (Suas). Os serviços prestados pelas estruturas públicas de assistência social visam assegurar a garantia de direitos fundamentais do segmento mais vulnerável da população.

Uma das situações apontadas como deficitárias é o fato de o município de Umuarama, que possui 117 mil habitantes, contar com apenas 3 Cras e 1 Creas, quando, de acordo com a Promotoria de Justiça, deveria ter, no mínimo, 4 Cras e 2 Creas. Outra deficiência que precisa ser sanada é em relação ao quadro de pessoal, sendo concluído pela Promotoria de Justiça que “a falta de concurso público é a causa da instabilidade e da descontinuidade do Suas em Umuarama”.

Fonte: MPPR.

Ajuizada ACP em favor da população em situação de rua

Na última sexta-feira, 10 de outubro, foi ajuizada Ação civil pública que tem por objeto a implementação das políticas nacional e municipal para a população em situação de rua, bem com a observância da medida cautelar concedida na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 976 (ADPF 976).

A ação, de iniciativa dos Ministérios Públicos Federal e do Estado do Pará, e das Defensorias Públicas da União e do Estado, foi proposta em face da União e do Município de Belém, haja vista o expressivo aumento do número de pessoas em situação de rua na cidade de Belém, sem que o agravamento de tal problemática venha sendo enfrentado mediante atuação articulada dos governos federal e municipal na formulação e execução de políticas públicas, conforme preconizado pelo art. 6º, III, do Decreto nº 7.053/2009, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua, e reforçado pelo art. 3º, II, da Lei Municipal nº 10.152/2025, que instituiu a Política Municipal para a População em Situação de Rua.

Fonte: MPPA.

3. ATUAÇÃO MINISTERIAL

OUTROS MP'S

Promotora de Justiça participa da 16ª Conferência Estadual de Assistência Social em Teresina

O Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI), por meio da promotora de Justiça Marlúcia Gomes Evaristo Almeida, coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Promoção da Cidadania e Inclusão Social (Caocis), participou nessa quarta-feira (15), da 16ª Conferência Estadual de Assistência Social, com o tema “Os 20 anos do Sistema Único de Assistência Social no Piauí”.

O evento é realizado pelo Conselho Estadual de Assistência Social (Ceas) e a Secretaria do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (Sasc), por meio da Superintendência de Assistência Social, e tem como objetivo analisar, propor e deliberar, a partir da avaliação local nos 224 municípios do Estado, as diretrizes para o fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), reconhecendo a aderência de cada ente federado e promovendo uma atuação democrática e participativa.

Em sua fala, a promotora de Justiça Marlúcia Evaristo ressaltou a importância da parceria entre os profissionais da assistência social e o Ministério Público, na garantia da efetivação de políticas públicas e a defesa dos direitos sociais e individuais.

“Não se pode falar em dignidade humana e em cidadania sem se falar do trabalho da Assistência Social. Sou promotora de defesa da pessoa idosa e da pessoa com deficiência, e todos os dias, em praticamente todas as minhas audiências, eu tenho contato com o assistente social, e digo que esse profissional é a mão estendida do promotor do Justiça que trabalha em prol da cidadania”, enfatizou a promotora.

O primeiro dia de evento contou com uma palestra magna sobre “20 anos do SUAS: Construção, Proteção Social e Resistência”, ministrada pelo presidente do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), Edgilson Tavares de Araújo. Além disso, a programação inclui mesas de debate, formação de grupos de trabalho (GT) e plenária para apresentação das propostas aprovadas.

Fonte: MPPI.

MPPR recomenda que Ivaté adote providências para a implantação do Programa de Família Acolhedora destinado a pessoas idosas e com deficiência

O Ministério Público do Paraná, por meio da Promotoria de Justiça de Icaraíma, no Noroeste do estado, emitiu, nesta semana, recomendação administrativa ao Município de Ivaté, que integra a comarca, buscando a implantação, na cidade, do Programa de Família Acolhedora para pessoas idosas e com deficiência. O compromisso de elaborar o projeto para a criação do serviço foi assumido pela Secretaria de Assistência Social de Ivaté, em 27 de fevereiro de 2024.

No documento, o MPPR requer que, dentro do prazo de 30 dias, o Poder Executivo Municipal de Ivaté finalize o projeto de lei que institui o programa e também o encaminhe à Câmara Municipal de Vereadores para tramitação e aprovação. A Promotoria de Justiça também recomenda que sejam mobilizados esforços para que o projeto seja apreciado e votado em regime de urgência.

A medida foi adotada pela necessidade de melhorar os serviços na área no Município e porque a política pública de família acolhedora é considerada uma das formas mais humanizadas e adequadas de atendimento, configurando-se como uma alternativa ao acolhimento institucional, que deve ser uma medida excepcional e subsidiária.

Fonte: MPPR.

3. ATUAÇÃO MINISTERIAL

OUTROS MP'S

MPRR acompanha patrulha da Operação Acolhida na capital junto a migrantes em situação de rua

O Ministério Público do Estado de Roraima, por meio do Grupo de Atuação Especial de Vítimas, Minorias e Direitos Humanos (GAEVI-MDH), acompanhou, na noite desta quarta-feira, 17 de setembro, patrulhas realizadas pela equipe EVOE, em Boa Vista.

A equipe EVOE (Equipe de Verificação e Orientações Específicas) é um braço da Operação Acolhida criado para cooperar em ações que visam o monitoramento e a redução do número de migrantes que vivem em situação de rua na capital.

O objetivo do MPRR foi conhecer o trabalho da equipe EVOE, nas ruas da cidade. Os Promotores de Justiça André Paulo dos Santos Pereira, Lucimara Campaner, Valdir Aparecido de Souza e Joaquim Eduardo dos Santos, que integram o GAEVI-MDH, participaram da ação.

Os promotores de justiça e a equipe do MPRR foram recebidos pelo General de Divisão José Luís dos Santos e seu Estado Maior, participaram de uma apresentação sobre o trabalho humanitário realizado pela Operação Acolhida e, em seguida, saíram com o General e os militares pelas ruas de Boa Vista, visitando lugares com pessoas em situação de rua.

Fonte: MPRR.

4. INDICAÇÕES INTERATIVAS



4. INDICAÇÕES INTERATIVAS



PARA OUVIR



“Cuidotecas abrem possibilidades para qualificação profissional”



Fonte: [Sondcloud - Fala MDS.](#)



“Bolsa Família tem inclusão prioritária de 636 mil domicílios por risco de insegurança alimentar”



Fonte: [Sondcloud - Fala MDS.](#)

PARA VER



“Estratégia Intersetorial de Prevenção da Obesidade”

Fonte: Canal do Youtube - MDS.



“CONTROLE SOCIAL NO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL”

Fonte: Canal do Youtube - Conselho Nacional de Assistência Social CNAS

5. ATOS NORMATIVOS DO SUAS

REOLUÇÕES CNAS/MDS

RESOLUÇÃO CNAS/MDS Nº 214 • 28.10.2025

Altera a Resolução CNAS/MDS nº 198, de 24 de junho de 2025, que dispõe sobre a instituição do Grupo de Trabalho com a finalidade de elaborar fluxo de acolhimento, encaminhamento e acompanhamento de denúncias de assédio moral no contexto das relações de trabalho do Sistema Único de Assistência Social.

RESOLUÇÃO CNAS/MDS Nº 213 • 28.10.2025

Estabelece parâmetros orientadores para a deliberação de critérios e prazos pelos Conselhos Estaduais, Municipais e do Distrito Federal de Assistência Social, para a provisão dos benefícios eventuais, previstos no art. 22 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

RESOLUÇÃO CNAS/MDS Nº 205 • 16.9.2025

Dispõe sobre o processo eleitoral da representação da sociedade civil no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, para compor a Gestão 2026/2028.

INFORME CADÚNICO

INFORME Nº 76 • 08.10.2025

Cadastro de crianças e adolescentes em Família Acolhedora. Orientações sobre o cadastramento de pessoas em Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora no Cadastro Único

INFORME BOLSA FAMÍLIA

INFORME Nº 92 • 08.10.2025

As condicionalidades do Programa Bolsa Família potencializam o acesso das famílias do programa a direitos básicos de saúde e educação. Os resultados positivos do acompanhamento das condicionalidades da saúde do 1º semestre 2025 e da educação dos meses de junho e julho do mesmo ano mostram como as condicionalidades do Programa Bolsa Família reforçam o acesso equitativo a políticas públicas essenciais como saúde, educação e assistência social.

INFORME Nº 94 • 08.10.2025

Resultados da Repercussão das Condicionalidades de Saúde e Educação. Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) informa a repercussão de setembro de 2025, os quais reafirmam a importância do trabalho social com famílias e territórios e o compromisso com as famílias migrantes



MPMT

Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

